



Cadastro de documentos

DADOS DA EMPRESA

Nome: TINO SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA
Endereço: RUA ORLANDO PHILIPPI, Nº 100
Bairro: SACO
Cidade: FLORIANOPOLIS
Telefone: 33349600

CNPJ: 11222402000157

Cep: 88032700
Estado: SC

Os originais e/ou cópias autenticadas dos documentos da empresa foram analisados e verificada a autenticidade nos respectivos sites oficiais e encontram-se arquivadas no Serviço de Cadastro de Fornecedores e estão relacionadas abaixo.

Documentos	Validade
REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE	25/05/2019
DECLARAÇÃO QUE CUMPRE O INCISO XXXIII DO ART. 7 DA CF	23/05/2019
BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	30/05/2018
CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA	20/07/2018
CERTIDÃO CONJ.NEG.DEBITOS TRIB.FEDERAIS E DIV.ATIVA DA UNIÃO	18/11/2018
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO ESTADUAL	14/07/2018
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO MUNICIPAL - IMOBILIÁRIO	14/06/2018
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO MUNICIPAL - MOBILIÁRIO	14/06/2018
CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS-CRF	09/06/2018
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	10/11/2018

Os documentos elencados acima foram registrados no PORTAL DE COMPRAS.

Registrado por: WBC
Data do registro: 03/07/2019 2:54
Versão: 402



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): TINO - SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA

CNPJ/CPF: 11.222.402/0001-57

(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: Lei nº 3938/66, Art. 154

Número da certidão: 190140068055862

Data de emissão: 03/07/2019 15:08:32

Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158,
modificado pelo artigo 18 da Lei n
15.510/11.): 01/09/2019

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:
<http://www.sef.sc.gov.br>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TINO - SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA

CNPJ: 11.222.402/0001-57

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:12:07 do dia 08/03/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/09/2019.

Código de controle da certidão: **D4CA.BE5B.4894.2E71**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais e Dívida Ativa do Município

CMC	CNPJ	Nome
4511212	11.222.402/0001-57	TINO - SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA ME.

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da(s) pessoa(s) acima identificada(s) que vieram a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e a inscrições em Dívida Ativa do Município. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa jurídica no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda de Florianópolis.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/fazenda>>, Serviços - Serviços on-line - link Verificação de Documentos Eletrônicos, passando o número do documento 1984541 e o código 5036DEB3

Certidão Número 16521XI

Emitida 03/07/2019 15:17:21

Válida até 01/10/2019 conforme o Art. 194 Lei Complementar 4823 de 02 de janeiro de 1996.

Florianópolis (SC) 03 de julho de 2019
Secretaria Municipal da Fazenda

Assinatura Digital: 5036DEB3BD75A415543EB1150F9A420306539AAB
Data: 03/07/2019 15:17:21 - Protocolo: 16674303 - Documento: 1984541
Documento autenticado digitalmente



ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento

Rua Tenente Silveira 60, Centro - Florianópolis - SC 0**48 3251 6400 - CEP 88010-300.
<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/fazenda>, link Serviços - Serviços on-line -Verificação de Documentos Eletrônicos.

4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

TINO – SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA ME

RICARDO RODRIGO STARK BERNARD, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, professor universitário, residente e domiciliado à Rodovia Haroldo Soares Glavan, 3450, casa 107 - Cacupé - CEP - 88050-005 - Florianópolis/SC, portador do CPF: 466.844.929-68 e RG: 1.350.856 SSP/SC;

PAUL LEON STARK BERNARD, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricitista, portador do CPF: 588.007.519-20 e RG: 1.478.645-1 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua dep. Walter Gomes, 580, Condomínio 3, casa 13 - CEP: 88050-500 – Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis/SC.

Sócios da **TINO – SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA ME**, uma Sociedade Empresária Limitada, com sede na Rua Orlando Philippi, nº 100, Edifício Techplan Office, 2º andar, Saco Grande, Florianópolis, SC – CEP 88.032-700, inscrita no CNPJ sob o nº 11.222.402/0001-57, cujo ato constitutivo está arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), sob o nº 42204390391, por despacho de 14/10/2009.

Têm entre si, justo e contratado, alterar pela 4ª vez seu Contrato Social da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade terá como objeto:

- Desenvolvimento e licenciamento de sistemas empresariais e de simulação gerencial;
- Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador;
- Prestação de serviços na área de informática;
- Treinamentos empresariais e de informática;

Por fim, decidem os sócios, por unanimidade e sem reservas, diante das alterações acima, consolidar o Contrato Social que, já incorporadas a deliberações supra citadas, passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO APÓS A 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

TINO – SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA ME

RICARDO RODRIGO STARK BERNARD, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, professor universitário, residente e domiciliado à Rodovia Haroldo Soares Glavan, 3450, casa 107 - Cacupé - CEP - 88050-005 - Florianópolis/SC, portador do CPF: 466.844.929-68 e RG: 1.350.856 SSP/SC;

PAUL LEON STARK BERNARD, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricitista, portador do CPF: 588.007.519-20 e RG: 1.478.645-1 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua dep. Walter Gomes, 580, Condomínio 3, casa 13 - CEP: 88050-500 – Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis/SC.

ORGANIZAM E CONSTITUEM uma Sociedade Limitada, na forma da Lei 10.406/2002, regendo-se pelas Cláusulas seguintes:

DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETIVO E PRAZO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Sociedade tem a denominação de: **TINO – SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA ME.**

§ Único - A Sociedade tem a forma de Sociedade Empresária Limitada, obedecendo às normas que lhe são próprias e o disposto neste CONTRATO SOCIAL, regendo-se supletivamente pelas normas da Sociedade Anônima.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Sociedade tem sua sede na Rua Orlando Philippi, nº 100, Edifício Techplan Office, 2º andar, Saco Grande, Florianópolis, SC – CEP 88.032-700, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou no exterior, por deliberação dos sócios, na forma prevista pela Cláusula Décima Terceira, abaixo.

CLÁUSULA TERCEIRA - A Sociedade tem como objeto:

- Desenvolvimento e licenciamento de sistemas empresariais e de simulação gerencial;
- Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador;
- Prestação de serviços na área de informática;
- Treinamentos empresariais e de informática;

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado, e suas atividades iniciaram em 01 de outubro de 2009.

DO CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA QUINTA - O Capital Social é de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), divididos em 700.000 (setecentas mil) quotas de R\$ 1,00 (um real), cada, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL (R\$)	%
RICARDO RODRIGO STARK BERNARD	504.000	504.000,00	72
PAUL LEON STARK BERNARD	196.000	196.000,00	28
TOTAL	700.000	700.000,00	100

§ Único - As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade.

CLÁUSULA SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital.

ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO.

CLÁUSULA SÉTIMA - A representação e a administração da Sociedade poderá ser exercida por sócio quotista, ou não, nomeado no contrato social ou em ato separado.

§ 1º - A administração e a representação da Sociedade são exercidas, pelo sócio **PAUL LEON STARK BERNARD** respondendo pela administração e representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da Sociedade.

§ 2º- Os poderes previstos no caput desta Cláusula são os amplos e gerais para a representação e administração da Sociedade, bem como para o uso da denominação.

§ 3º- O administrador poderá receber uma remuneração mensal a título de pró-labore, cujo valor será fixado por deliberação dos sócios na forma prevista na Cláusula Décima Terceira, abaixo.

§ 4º- O administrador, fica impedido de usar o nome da Sociedade em atos contrários e diferentes aos objetivos sociais, e especialmente proibido de dar avais, endossos, fianças ou cauções a terceiros.

§ 5º- A Sociedade poderá nomear procurador para fins determinados, desde que seu nome seja aprovado pela totalidade do capital social.

§ 6º- O procurador nomeado poderá ser destituído da função, sem direito a qualquer indenização, por deliberação de no mínimo três quartos do capital social.

PROIBIÇÕES

CLÁUSULA OITAVA - Salvo quando expressamente autorizado na forma prevista na Cláusula Décima Terceira, abaixo, são expressamente vedados, os atos de qualquer sócio, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, obrigando-se também os sócios, a título pessoal, a não outorgar fianças ou avais.

CESSÃO DE QUOTAS E ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS

CLÁUSULA NONA - Toda cessão ou transferência de quotas entre sócios ou terceiros estranhos à Sociedade fica expressamente condicionada à aprovação dos sócios representantes de no mínimo três quartos do capital social. Ocorrendo a hipótese, terá preferência para a aquisição de quotas o sócio que possuir o maior número de quotas; não exercendo tal sócio seu direito exclusivo de preferência, os demais sócios, na proporção das quotas possuídas e em igualdade de condições, terão direito de preferência para a aquisição das quotas do sócio retirante, cedente ou alienante.

§ Único - Se somente um sócio quiser dar continuidade à Sociedade, terá ainda o prazo de 180 dias para recompor a pluralidade social, sob pena de dissolução.

EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA - O exercício social terá início no dia 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano civil.

§ 1º- Ao término de cada exercício social, o administrador prestará contas de sua administração, conforme disposto nos arts. 1071, 1072 e 1078 da lei 10.406/02.

§ 2º- Por solicitação da maioria dos sócios, a prestação de conta da Sociedade poderá ser realizada por períodos semestrais. Neste caso em até 90 dias após o fechamento do semestre.

§ 3º- Por acordo entre os sócios, e sempre respeitando a legislação do imposto de renda, podem ser distribuídos resultados, em períodos inferiores ao exercício social. Podendo inclusive, serem levantados balanços intermediários, e os resultados serem distribuídos a partir destes balanços.

§ 4º- Os lucros apurados serão distribuídos proporcionalmente ao capital de cada sócio, salvo deliberação em contrário, dispensada a constituição de reserva legal.

§ 5º- As perdas por ventura certificadas serão mantidas em conta própria para serem amortizadas em exercícios futuros - suportadas pelos sócios na exata proporção de suas respectivas participações no capital social.

DA EXCLUSÃO DE SÓCIO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O sócio poderá ser excluído por justa causa, assim determinada pela maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social.

DA LIQUIDAÇÃO DAS QUOTAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os sócios retirantes, excluídos, falidos e cônjuge supérstite, herdeiros ou legatários de sócio falecido terão seus haveres apurados com base em balanço especialmente levantado, e liquidados em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 120 (cento e vinte) dias da data da resolução.

§ 1º - No caso de morte ou incapacidade de um dos sócios, a Sociedade não se dissolverá, sendo as quotas do sócio falecido, transferida para seus herdeiros e sucessores, com todos os direitos inerentes, devendo ser nomeado um único representante para a prática dos atos necessários até que seja concluída a partilha judicial das quotas.

§ 2º - Caberá aos herdeiros e sucessores a decisão em continuar na sociedade como sócio quotista ou transferir suas quotas para os sócios remanescentes conforme estabelecido no caput desta cláusula.

DELIBERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião. Será realizada pelo menos uma reunião anual, até 120 dias após o encerramento do exercício social.

§ Único - As deliberações sociais serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, salvo se:

I - Relativas à designação dos administradores, quando feita em ato separado; remuneração dos administradores; destituição de administradores e pedido de recuperação judicial, que serão tomadas pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social;

II - Relativas à modificação no contrato social; incorporação, fusão e dissolução da Sociedade ou cessão do estado de liquidação, que serão tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, três quartos do capital social.

III - Exceto nos casos de exclusão de sócio, fica a sociedade dispensada de submeter às respectivas deliberações, ao registro público de empresas mercantis.

LIQUIDAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Em caso de liquidação da Sociedade será liquidante o sócio escolhido por deliberação, conforme Cláusula Décima Terceira, acima. Nesta hipótese, os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os quotistas na proporção do número de quotas que cada um possuir.

DISPOSIÇÕES FINAIS

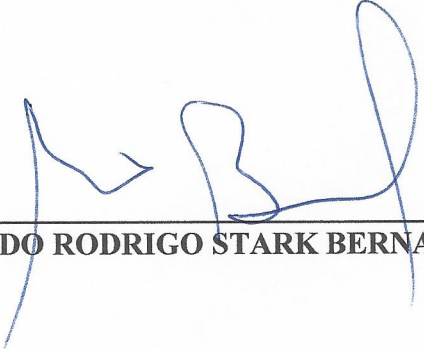
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O sócio administrador declara sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração da Sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Para todas as questões oriundas deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca da Capital, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados entre si, lavram, datam e assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma.


Florianópolis, 20 de setembro de 2016.




RICARDO RODRIGO STARK BERNARD



PAUL LEON STARK BERNARD

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 24/10/2016 SOB Nº: 20168989441
Protocolo: 16/898944-1, DE 21/10/2016
Empresa: 42 2 0439039 1
TINO - SISTEMAS EMPRESARIAIS
LTDA ME



ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TINO - SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 11.222.402/0001-57

Certidão nº: 175180983/2019

Expedição: 03/07/2019, às 16:54:04

Validade: 29/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TINO - SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.222.402/0001-57**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



03/07/2019

9087344

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Capital

CERTIDÃO
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 6612100**FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Capital, com distribuição anterior à data de 02/07/2019, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

TINO SISTEMAS EMPRESARIAIS, portador do CNPJ: 11.222.402/0001-57. *****

OBSERVAÇÕES:

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Capital, quarta-feira, 3 de julho de 2019.

PEDIDO Nº:

9087344



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TINO - SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA
CNPJ: 11.222.402/0001-57

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 16:35:18 do dia 03/07/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/12/2019.

Código de controle da certidão: **BB27.03A5.56F1.B2CA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.222.402/0001-57
Razão Social: TINO SISTEMAS EMPRESARIAIS
Endereço: ROD JOSE CARLOS DAUX (ROD SC 401) 600 KM 01 / JOAO PAULO / FLORIANOPOLIS / SC / 88030-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/06/2019 a 18/07/2019

Certificação Número: 2019061901571788242001

Informação obtida em 03/07/2019 15:00:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE OU IMPEDITIVO

Ao setor de licitações da UDESC

Senhor Pregoeiro,

Na qualidade de representante legal da empresa Tino Sistemas Empresariais, com sede na cidade de Florianópolis, na rua Orlando Philippi, nº100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.222.402/0001-57, isenta de Inscrição Estadual, telefone (48) 3364 9600, declaramos a inexistência de fato superveniente à emissão das certidões apresentadas, impeditivo de habilitação no presente certame licitatório.

Declaramos ainda, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 e demais legislações pertinentes, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de dezesseis anos em qualquer tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz.

Declaramos ainda, Que possuímos pessoal técnico especializado na prestação dos serviços, assim como a capaz de solução de qualquer necessidade apresentada com o objeto desta referida contratação.

Florianópolis, 03/07/2019



Paul Leon Stark Bernard – Sócio Gerente
CPF: 588.007.519.20

11 222 402/0001 - 57

TINO - SISTEMAS EMPRESARIAIS LTDA

Rua: Orlando Philippi, nº 100 - Techplan Office

SACO GRANDE - CEP 88032 - 700

FLORIANÓPOLIS - SC